

# CADMO

Revista do Instituto Oriental  
Universidade de Lisboa

15

天十廿三廿十  
廿十廿三廿十  
廿十廿三廿十  
廿十廿三廿十

Ciências Sociais e Humanas, enriquecerá a bibliografia egiptológica mas também a de cariz helenista de estudos clássicos, atestando sobremaneira a maturidade científica do seu autor. Trata-se, em suma, de um trabalho muito válido que muito beneficiará os seus leitores, entre os quais se contam os alunos do ensino superior que, em várias universidades, estudam em cursos de licenciatura e de mestrado na área de história pré-clássica e de história clássica, não esquecendo o público em geral, para quem os temas ligados ao antigo Egipto despertam sempre um notório e vivo interesse.

**Luís Manuel de Araújo**

**VÁRIOS**, *História Universal. 2 - A Antiguidade: Egipto e Médio Oriente*, s/local [Barcelona], Editorial Salval – Promoway Portugal, 2005, profusamente ilustrado, ISBN 84-9819-067-3

Desde há alguns anos vários órgãos da nossa imprensa escrita ganharam o hábito de juntar às suas edições livros que, regra geral, fazem parte de colecções. Os leitores que o desejarem podem obter, por mais dinheiro, um volume sobre temática variada. No caso que aqui apreciamos, foi o jornal *O Público* que decidiu colocar à disposição dos seus leitores uma colecção de História Universal que incluía, no segundo volume, a civilização do antigo Egipto, complementado pelo Médio Oriente, desde a emergência das primeiras civilizações até aos Hititas.

A obra reúne contributos de autores generalistas, sendo aqui re-censeado o texto correspondente ao antigo Egipto (pp. 1-148). Para elaborar os extratextos dedicados ao antigo Egipto foram convidados Ricardo Martín, Vicente García Pitarch e María de los Ángeles del Rincón, nomes completamente desconhecidos nos meios egiptológicos europeus em geral e ibéricos em particular. A direcção editorial da obra coube a Francesc Navarro, assessorado por uma equipa redactorial de nove pessoas coordenadas por Alicia Pérez e Marta Vidal.

A ilustração do volume esteve a cargo de Isabel Cucurella, sendo de realçar um dos aspectos mais conseguidos deste projecto editorial: a excelente qualidade gráfica, com o texto bem servido por gráficos e mapas coloridos.

Os cinco mil anos de história do Egipto faraónico foram divididos em três blocos: «As origens do Egipto» (pp. 2-44), «Conceitos pré-históricos de Ré e o mito de Osíris» (pp. 45-82) e «A expansão do

Egipto» (pp. 83-148). No final de cada bloco surge uma resumida bibliografia que serviu para a elaboração dos textos e para que o leitor possa consultar os livros indicados a fim de aprofundar os seus conhecimentos se desejar ir mais além desta obra. O problema é que muitos dos títulos aconselhados dizem respeito a livros que já se encontram desactualizados.

Entrecortando a redacção surgem extratextos variados que se reportam a temas específicos: «O Paleolítico egípcio» (pp. 7-9), «O Neolítico egípcio» (pp. 26-28), «As classes sociais no Império Antigo» (pp. 36-39), «A religião funerária» (pp. 51-53), «A magia no Egipto» (pp. 69-71), «Champollion e a leitura dos hieróglifos» (pp. 90-93), «Akhenaton e a revolução religiosa» (pp. 123-127) e, finalmente, «Colecções de objectos egípcios em Portugal» (pp. 145-147).

A única preocupação pela actualização do texto e, porventura, para o tornar mais familiar e específico para os leitores portugueses, foi a inclusão de um pequeno extratexto sobre a egiptologia em Portugal. De facto, no final aparece um texto em destaque acerca das «colecções de objectos egípcios em Portugal», da autoria de Maria Helena Trindade Lopes, dizendo esta que «a primeira e única escavação portuguesa no Egipto, dirigida por Maria Helena Trindade Lopes, foi iniciada em 2000 e fixou-se em Mênfis, a grande capital do Egipto faraónico». Depois enumeram-se as várias colecções de peças egípcias existentes no nosso país, omitindo-se o nome do Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que é a entidade que, desde há cerca de quinze anos, vem estudando e publicando todos esses acervos. Assim, não se revelando a instituição nem o nome do autor desses estudos, a quem a autora foi buscar os dados que publica, o único nome que aparece é precisamente o de Maria Helena Trindade Lopes que é afinal a autora do próprio texto. Mas, ao menos, poderia ter havido mais cuidado na informação prestada aos leitores, pois o texto contém erros e está desactualizado.

Assim, não se entende o desajustado realce dado ao acervo do Museu Nacional de Soares dos Reis, apenas com oito objectos, não se fazendo o mesmo para a colecção do Museu de História Natural da Faculdade de Ciências do Porto (e não, como lá aparece, «Museu de Pré-História e Arqueologia», que era o nome antigo), com as suas cem peças. Quanto aos objectos egípcios expostos no Museu Calouste Gulbenkian, não são «trinta e seis», como se regista na lista, mas sim quarenta (ou 39 se se juntar num único número os dois painéis de um cofre de marfim, mas que é preferível autonomizar). Além disso faltam no atabalhado rol de Maria Helena Trindade Lopes

vários acervos de objectos egípcios que importaria desde já revelar aos interessados. Há, portanto, que emendar e actualizar a má informação prestada, o que, em nome do respeito que merecem os leitores (e a editora), aqui se faz:

Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa: 584 objectos (309 expostos)

Sociedade de Geografia de Lisboa: 97 objectos

Museu de História Natural da Faculdade de Ciências do Porto: 103 objectos

Museu Calouste Gulbenkian, Lisboa: 54 objectos (40 expostos)

Museu da Farmácia, Lisboa: 100 objectos

Casa Municipal de Cultura de Vila Nova de Gaia, Canelas: 20 objectos

Museu do Caramulo: 8 objectos

Museu Nacional Soares dos Reis, Porto: 8 objectos

Museu Condes de Castro Guimarães, Cascais: 6 objectos

Palácio-Museu de Vila Viçosa: 8 objectos

Biblioteca Nacional de Lisboa: 2 objectos

Museu Arqueológico do Carmo, Lisboa: 2 objectos

Museu Nogueira da Silva, Braga (Universidade do Minho): 2 objectos

Museu Nacional de Arte Antiga, Lisboa: 1 objecto

Colecção Miguel Barbosa: 49 objectos

Colecção Sam Levy: 34 objectos

Colecção Fernando Freitas Simões: 20 objectos

Colecção Assis Ferreira: 18 objectos

Colecção Luís Teixeira da Mota: 6 objectos

Colecção Amaral Cabral: 2 objectos

Colecção Sá Nogueira: 2 objectos

Colecção Luís Manuel de Araújo: 2 objectos

Colecção Manuel Rocha: 1 objecto

Colecção Pedro Gonçalves Rodrigues: 1 objecto

Colecção Mário Jorge Barroca: 1 objecto

A estes números convirá ainda acrescentar os escaravinhos de pequenos museus, como é o caso do Museu de Alenquer (dois exemplares, sendo um do tipo escarabóide), Museu da Universidade de Coimbra (um exemplar), Museu Arqueológico de Sines (um exemplar), Museu de Odemira (um exemplar) e ainda o Museu Nacional de Arqueologia que, para além dos exemplares expostos, possui outros três achados em túmulos da Idade do Ferro em Portugal. Acrescente-se

que, recentemente, a arqueóloga Manuela de Deus, ao serviço do IPPAR, encontrou um escaravelho egípcio (ou, ao menos, egipcizante) em escavações próximo de Castro Verde, em contexto da Idade do Ferro.

A maior parte dos acervos acima enumerados foram já estudados e publicados em várias revistas nacionais, prevendo-se que a próxima *Cadmo*, revista do Instituto Oriental da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, inclua um artigo com os objectos das pequenas colecções particulares referidas no final da lista.

Lamenta-se, por outro lado, que não tenha havido uma conveniente e necessária revisão do texto sobre o antigo Egipto (para além de uma evidente falta de uma revisão científica), permitindo o aparecimento de vários erros que se enumeram de seguida.

Logo na p. 6, no gráfico em baixo, surge a localidade de Nehen em vez de Nekhen (um local de veneração hórica no Alto Egipto). Na p. 12, uma estátua masculina de um funcionário do Império Antigo vem legendada como sendo da «esposa de um funcionário faraónico». A página seguinte apresenta um mapa do Egipto com várias anomalias: Ausir em vez de Abusir, Menes em lugar de Mendés, e algumas localidades foram deixadas com a grafia espanhola (El-Fayum, Asuán, Alejandria, Hierakónpolis, Baja Nubia, entre outros). Os «postes de palma» referidos na p. 40 como sendo usados na arquitectura dos primeiros tempos ficariam melhor como sendo de palmeira; na p. 43 a conhecida deusa Hathor, do amor e da fecundidade, surge abandonada como Átor, e vê-se ainda a forma «heliopolita» em vez de heliopolitana (referente à cidade de Heliópolis).

O mapa da p. 55, mostrando a região tebana, está pejado de anomalias; na p. 80 diz-se que os faraós aparecem representados nus, apenas com o *kalft* (toucado listado) – é mentira, isso nunca se viu, eles envergam sempre o digno saiote *chendjit* ou outras vestes em função de cada época; na p. 102 surge um fragmento de texto que já tinha aparecido na página anterior, baralhando a leitura; o faraó não se eleva para o céu «como um açor», como vem na p. 111, mas sim como um falcão; a estátua da p. 137, que representa o faraó Ramsés II (há quem diga que se trata de Pinedjem I, sumo sacerdote de Amon da XXI dinastia com pretensões reais) não se encontra no templo de Lucsor mas no de Karnak; a gravura da p. 141 não mostra um papiro mas sim uma placa revestida com estuque claro e coberta com uma inscrição hierática.

Esclareça-se que os Cretenses não faziam parte da coligação conhecida pelo nome de «Povos do Mar» que em finais do século XIII

e em princípios do século XII atacaram o Egípto (este erro vem na p. 133). Além disso, não é correcto designar o sumo sacerdote do deus Ptah por *hem-netjer tepi en Ptah*, ele era o *uer kherep-hemut* («grande chefe dos artesãos»); também não se pode apresentar o sumo sacerdote de Ré como *hem-netjer tepi en Ré*, ele tinha o título de *uer-maá*, («grande vidente»). O título sacerdotal de *hem-netjer tepi* deve ser reservado apenas para o poderoso sumo sacerdote de Amon – esse sim, era o *hem-netjer tepi en Amon*, um título que no livro aparece abusivamente generalizado por algum redactor ou revisor que, manifestamente, não revela os conhecimentos necessários para a tarefa a que se abalançou, com um claro prejuízo dos leitores (p. 138).

Erros de português como «el sepulcro» (p. 18) em lugar de o sepulcro; «cegamos» (p. 24) em vez de chegamos, entre outras, revelam a falta de uma cuidadosa revisão. Para além disto, faltam acentos em Menés, Hieracômpolis e outras, e, pelo contrário, estão a mais em Áton, Ámon (ou Amón, como também se vê), Tutankhamón, Máneton, Maât, além de outros casos. Conviria entretanto saber que a palavra deus leva inicial minúscula quando se refere a divindades de religiões politeístas e ao longo do texto este erro repete-se com frequência.

Importa, enfim, esclarecer, emendando os dislates publicados, que Horemheb não foi o primeiro faraó da XIX dinastia, como erradamente se escreve na p. 48, mas sim o último da XVIII dinastia; o Egípto não estava já dividido em dois reinos em 6000 a. C, como se diz na p. 58, esse fenómeno ocorreu muito depois; o conhecido símbolo *ankh* não é nenhuma «chave da vida» como se sugere na p. 61, numa atribuição muito ao gosto de seitas esotéricas, era apenas o signo da vida; na p. 62 surge uma imagem tumular da deusa Hathor mas a legenda da p. 61, que para ela remete, diz que é de Néftis; a estátua que se mostra na p. 113 não é de Amen-hotep III mas sim de Amen-hotep I. Registe-se ainda que, ao contrário do que é afirmado na p. 131, a batalha de Kadech não «ficou decidida a favor do Egípto» – trata-se de uma controversa conclusão, até porque o tema ainda hoje é alvo de debate, e é muito duvidoso que o exército egípcio tenha vencido, o confronto parece ter sido mais um empate (ou melhor ainda, um impasse) entre os dois contendores.

Para além de um certo desregramento no uso de caixas altas e baixas há também um lamentável desvirtuamento onomástico, pois tanto se vêem nomes à maneira egípcia (Senuseret, Amen-hotep, Tutmés) como à moda grega (Sesóstris, Amenófis, Tutmósis), baralhando os leitores que julgarão tratar-se de faraós diferentes, quando

são os mesmos. Conviria ter optado pelas formas egípcias como vem sendo hábito na maior parte da mais recente bibliografia egiptológica – na verdade, são cada vez menos os autores que ainda mantêm os nomes de Quéops, Sesóstris ou Amenófis (aliás, a própria adaptação grega de Amenófis está errada, devia, ao menos, ser Amenótis)... Como seria de esperar numa obra feita com a maior displicência lá está o deus «Rá» (?!) em várias páginas, quando noutras vem já a correcta forma de Ré; o mesmo faraó surge ora como Sethi (p. 55) ora como Seti (p. 66 e outras); e o estranho deus «Harak-ti-Rá» (?!), que abruptamente se nos revela na p. 130, deveria ser Ré-Horakhti, uma bem conhecida divindade sincrética que era cultuada sobretudo na região de Mênfis e Heliópolis (incluindo Sakara e Guiza).

Por outro lado, o desconhecimento da apropriada terminologia egiptológica levou o autor a escrever «época saíta» (p. 57) quando deveria estar período saíta, o qual, por sua vez, se insere na Época Baixa. Como é sabido (ou devia ser), as grandes épocas históricas (Império Antigo, Império Médio, Império Novo, Época Baixa, Época Greco-Romana, ou outras) subdividem-se em períodos (período tutmésida, período amarniano, período ramsésida, período saíta, período alexandrino, período ptolemaico, período romano, etc.). Como muito bem sabem os alunos do ensino básico, no nosso país as dinastias são numeradas em romano mas aqui voga-se ao sabor do momento: assim, tanto aparece «5ª dinastia» como «quinta dinastia», «3ª dinastia» como «terceira dinastia», «1ª dinastia» ou «primeira dinastia», em vez de V dinastia, III dinastia ou I dinastia. Esta anomalia surge muitas vezes ao longo de todo o volume.

A obra, em suma, tinha por alvo o público em geral, sempre muito interessado em temas históricos, com especial empenho na aquisição e leitura de temáticas relacionadas com as civilizações pré-clássicas e clássicas. Garantida a aceitação do livro na vizinha Espanha, julgaram os seus mentores que o público português seria também um excelente alvo, e dessa ideia partilhou também o jornal *O Público*. E ainda bem que assim o fez, para desta forma levar ao conhecimento de milhares de potenciais leitores mais uma obra em que um dos assuntos era o Egipto antigo – só foi pena que o volume não tivesse sido objecto de uma necessária revisão científica e que se tivesse perdido a oportunidade para que, no final, se facultasse um extratexto com uma mais cabal e correcta informação sobre a egiptologia museológica portuguesa.

***Luís Manuel de Araújo***